

Inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular

Este estudo teve como objetivo promover uma abordagem reflexiva sobre a questão da criança portadora de necessidades especiais e seus desafios de inclusão na escola regular, de forma a contribuir a um melhor entendimento da questão e das dificuldades da criança em obter um ensino de qualidade e equidade. No mundo contemporâneo, o número de crianças portadoras de necessidades especiais em busca de uma oportunidade junto às escolas regulares é cada vez mais crescente, o que nos motiva a desenvolver um diálogo sobre os desafios que rondam em torno do processo de inclusão. Para tanto, desenvolveu-se uma investigação com base em fundamentação teórica mediante pesquisa exploratória em fontes secundárias: livros, artigos, documentos, jornais, revistas e sites específicos, conforme Gil (2008). Conclui-se que a educação regular é o mais indicado para o desenvolvimento da criança e não é diferente com o caso das crianças com necessidades especiais. O convívio com as demais crianças e o ambiente da escola no dia-a-dia é muito necessário e ainda muito precário, tanto no aspecto estrutural das escolas como na formação e treinamento do corpo docente. Portanto, falta estrutura e conscientização.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência; Escola Regular; Necessidades Especiais; Educação.

Inclusion of children with special needs in regular school

This study aimed to promote a reflective approach to the issue of children with special needs and their challenges of inclusion in mainstream school, in order to contribute to a better understanding of the issue and the child's difficulties in obtaining quality and equity education. In the contemporary world, the number of children with special needs in search of an opportunity with regular schools is increasingly increasing, which motivates us to develop a dialogue about the challenges surrounding the inclusion process. For this, an investigation was developed based on theoretical foundation, through exploratory research, in secondary sources: books, articles, documents, newspapers, magazines and specific websites, according to Gil (2008). It is concluded that regular education is the most suitable for the development of the child and is no different with the case of children with special needs. Living with other children and the school environment on a daily basis is very necessary and still a precarious myth, both in the structural aspect of schools and in the education and training of the teaching staff. So, lack of structure and awareness.

Keywords: Inclusion; Deficiency; Regular School; Special needs; Education.

Topic: **Educação Inclusiva**

Received: **22/10/2020**

Approved: **23/01/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Ricardo Resende Bersan 
Universidad Interamericana, Paraguai
<http://lattes.cnpq.br/7012073665099096>
<http://orcid.org/0000-0001-8346-9880>
rbersan@gmail.com

Raphael Fontes Cloux 
Universidad Interamericana, Paraguai
<http://lattes.cnpq.br/1316344490441710>
<http://orcid.org/0000-0001-9469-1188>
raphaelcloux2@yahoo.com.br



DOI: 10.6008/CBPC2318-3047.2021.001.0010

Referencing this:

BERSAN, R. R.; CLOUX, R. F.. Inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular. **Educationis**, v.9, n.1, p.78-90, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2021.001.0010>

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho consiste em trazer uma breve reflexão sobre as dificuldades de inclusão das crianças com necessidades especiais junto ao ensino regular. Atualmente a inclusão da pessoa com deficiência vem obtendo um olhar favorável, tanto no contexto da educação como nos segmentos da sociedade e de muita luta pelos direitos dos grupos menores, excluídos, segregados que lutam por sua inclusão social. No entanto, o que se percebe é que os poucos ganhos são mais voltados aos direitos destas pessoas, e conseqüentemente na elaboração de “Leis e Normas” do que na concretização de ações ou a devida conscientização da real inserção destas pessoas na sociedade.

Em relação à educação, o processo se denomina educação inclusiva, cujo principal objetivo é assegurar uma escola democrática onde todos sejam atendidos, independentemente da diversidade, sendo respeitados e valorizados (LOPES, 2011). A educação inclusiva em seu conceito possui um estatuto proeminente em todo o mundo em virtude de sua inserção nos documentos relativos à política de várias organizações internacionais, com ênfase nas Nações Unidas (FLORIAN et al., 1998). Alguns teóricos defendem a necessidade de os estudantes se enquadrarem no sistema geral de educação, em contrapartida há outros que são favoráveis a segregação em Escolas Especiais, cuja intenção é oferecer-lhes atendimento especializado. A escola inclusiva é uma tendência internacional, que deve vigorar como meta a quem queira oferecer uma educação com equidade, contudo sua realização ainda é muito carente de um consenso em torno da aceitação por parte da sociedade em relação as pessoas com deficiência.

O Brasil, graças às lutas de grupos e instituições que defendem a inclusão social das pessoas com deficiência, existe uma legislação de amparo e proteção a elas, que de certa forma contemplam bem a questão. No que tange as Leis que asseguram o direito da criança com deficiência, a escola regular, na concepção de Cunha (2015), ressalva que é um fato consumado pela LDBEN nº 9.394/96 que estabelece o direito de estudar em escolas de ensino regular, desde a educação básica até mesmo o ensino profissionalizante. Consta ainda que caso se faça necessário, haverá o apoio de um mediador qualificado e que poderá haver punição aos gestores que indeferirem a matrícula do aluno autista, determinação essa que foi ratificada, comprovadamente, pelo “Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA)”, que em 1990 passou a proteger os menores de idade e fez respeitar as características próprias da idade e a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, LDB Nº 9496, a qual se ajustou à “Legislação Federal” e reiterou direitos já garantidos, com a “Nova Constituinte” promulgada em 1988 (BRASIL, 2015).

A semente do conceito de sociedade inclusiva segundo Sasaki (1998), foi lançada no “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a educação como sendo um dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, independente de possuírem uma deficiência ou não, com o objetivo de proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Já a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1994) estabelece a igualdade de acesso à educação para todas as pessoas.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) encontra-se um capítulo voltado à educação especial, o qual determina que os alunos com necessidades especiais devem estudar preferencialmente em escolas regulares (BRASIL, 1996). A (PNEE) Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), define como público alvo da educação especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e propõe o acesso a participação e a aprendizagem desses alunos nas escolas regulares (BRASIL, 2008). Alega ainda, que os sistemas de ensino devem garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE); a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a continuidade da escolarização em todos os níveis de ensino e a formação de professores para o AEE (BRASIL, 2008).

Segundo Cunha (2015), não há mais como negar que a pessoa portadora de uma deficiência ou síndrome tenha o direito de estudar em escolas regulares, pois está garantido na LDBEN nº 9.394/96, tanto para a educação básica como para o ensino profissionalizante. Cunha (2015) afirma ainda que haverá punição aos gestores que indeferirem a matrícula do aluno com TEA, por exemplo. Educação Inclusiva é um conceito que vai além do processo da inclusão das pessoas com deficiências ou com distúrbios de aprendizagem na rede escolar, pois abrange todas as diferenças possíveis entre as pessoas. Conforme Soler (2005), cada ser humano é uno e, portanto, as oportunidades devem ser iguais para todos.

Contudo, a inclusão significa uma mudança de paradigma educacional, que exige uma reorganização das práticas escolares, envolvendo: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação e gestão do processo avaliativo. Em concordância, conclui Mantoan (2005) que: “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças”. Com tudo, Mantoan (2005) complementa afirmando que esse convívio é muito importante para que haja desenvolvimento e formação social no espaço escolar e muita atenção às diferenças e individualidades das crianças, não discriminando, inferiorizando e isolando o portador de uma deficiência ou de um transtorno (MANTOAN, 2005). Este novo paradigma é um desafio a ser superado pelos profissionais da educação: vencer a resistência em aceitar a matrícula compulsória de estudantes com deficiências, mas garantir a permanência e aprendizagem deles nas escolas comuns. O modelo educacional brasileiro da atualidade vem se mostrando deficitário em quase todos os níveis de ensino.

Nesse sentido, transtornos de personalidade com padrão invasivo passaram a ser objeto de estudo tais como o “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH), cujo reflexo se dá em grande medida na vida escolar. A concretização da inclusão define-se como uma quebra de paradigmas da área da educação e que visa ultrapassar muitos desafios quanto à definição de formas pedagógicas mais atuais, disponibilizando qualificação aos professores para serem capazes de trabalhar com as diferenças e com as crianças que necessitam de um atendimento especial, buscando integrarem-nas ativamente ao processo de inclusão (SOUZA et al., 2009).

A relevância deste tema, que ao mesmo tempo se torna uma motivação, é que apesar das várias publicações por parte de estudiosos e pesquisadores do tema “crianças portadoras de necessidades e suas dificuldades junto às escolas regulares”, ainda há uma carência de abordagens que sinalizem estratégias mais

eficazes ao processo educacional, principalmente em relação a falta de capacitação aos professores a fim de obterem um treinamento mais adequado ao atendimento a essas crianças. Em virtude de o campo de inclusão ser muito amplo, envolvendo vários aspectos e setores da sociedade que se estende do âmbito familiar ao profissional, passando por todas as fases da vida, optou-se por um recorte a fim de poder aprofundar a reflexão. Assim, o foco principal será a questão da inclusão na escola regular. Toda a metodologia aplicada será teórica de forma a conceituar toda a abordagem. A perspectiva é que esse estudo possa contribuir com um tema que ainda tem muito a ser desvendado com relação a proporcionar a essas crianças uma inclusão na educação regular que vá além de fazer do registro escolar, para que possam adquirir um ensino de qualidade de forma efetiva e que essas crianças tenham a oportunidade de usufruir da escola regular, que é base para o desenvolvimento de todo ser humano.

METODOLOGIA

Adotando o conceito “A fase metodológica operacionaliza o estudo, precisando o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população”. Com esta perspectiva, este estudo teve o processo metodológico fundamentando as opções tomadas, com o objetivo de reger todo o processo de investigação. Tendo em vista que a questão da inclusão consiste em um fenômeno amplo, envolvendo visões educacionais, políticas, sociais e econômicas entre outros aspectos, optou-se por fazer um recorte de inclusão da criança portadora de necessidades especiais na escola regular.

Com a perspectiva aqui exposta, o objeto de estudo foi direcionado a captar nas entrelinhas tanto dos dados teóricos quanto bibliográficos que abordam a questão das dificuldades de inclusão do aluno deficiente. Assim, o estudo foi embasado nas técnicas de pesquisa exploratória, conforme Gil (2008), com base em levantamento de fontes secundárias: livros, artigos, documentos, jornais, e sites oficiais que permitiram informações referentes aos principais objetivos e efeitos das ações de que envolvem a qualidade de ensino para todos. Utilizou-se também, para uma maior compreensão de estudos nacionais, a base de dados do Google Acadêmico, Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e autores como Vigotsky (1997), Cunha (2015), Mantoan (2003), Sasaki (1998), Almeida (2006), entre outros que são relevantes ao tema. Como base de pesquisa utilizou-se as seguintes palavras chave: inclusão; escolar regular; política de inclusão; dificuldade de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas neste estudo permitiram perceber as diferentes concepções de educação inclusiva e da criança deficiente. Será apresentado a seguir uma síntese das observações, das quais se destacam pontos importantes para este estudo, acompanhados de algumas reflexões. Assim, refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola regular trouxe um grande aprendizado que foi detectar o quanto a realidade ainda está distante desse ideal.

Em pleno século XXI, e com as famílias brasileiras cada vez mais empoderadas e conhecedoras de seus direitos, o mundo está em constante progresso e, por isso as escolas não podem mais ficar à margem

das novidades que chegam diariamente pelos meios atuais de comunicação de massa. Com esse cenário, faz-se necessário rever a metodologia utilizada nas escolas de ensino fundamental, especialmente para lecionar incluindo estudantes com alguma deficiência.

Hoje, os professores não recebem em sua formação inicial treinamento ou informações suficientes para que desenvolvam habilidades e se utilizem de recursos que possam facilitar sua função de educar de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo. Desta forma, o contato com essa prática desde o início da formação para a docência se faz necessária ao professor que atua na escola regular e cada dia recebe mais alunos com síndromes e outras dificuldades de aprendizagem. De acordo com a ONU, 10% de todas as populações têm algum tipo de deficiência e, no Brasil, são mais de 20 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Constatou-se também que o ensino de (LIBRAS) 'Língua Brasileira de Sinais' e o uso do 'braile' fazem parte do currículo nas universidades que formam professores, mas esta estratégia não é suficiente para a implementação da educação inclusiva. Nesse estudo foi possível perceber também que há uma distorção de conceito de QI¹ ao questionar se seria justo medir a inteligência de um sujeito ouvinte nos mesmos padrões de um sujeito não ouvinte em uma aula essencialmente oralizada pelo professor. Em pleno século XXI, e com as famílias brasileiras cada vez mais empoderadas e conhecedoras de seus direitos, o mundo está em constante progresso, e as escolas não podem mais ficar à margem das novidades que chegam diariamente pelos meios atuais de comunicação de massa. Com esse cenário, faz-se necessário rever a metodologia utilizada nas escolas de ensino fundamental, especialmente para lecionar incluindo estudantes com alguma deficiência.

Nesse viés, é preciso entender que a inclusão de Pessoas com Deficiência é integrá-las no ensino regular integralmente em um sistema único de educação. Nas escolas de educação especial, os alunos conviviam somente com outros com deficientes. Atualmente vive-se em um mundo que prega o respeito à diversidade, portanto, "defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças" (CUNHA, 2015). É possível perceber também que o professor deve buscar pelo menos o mínimo de informação e conhecimento para poder atender de forma correta e assim pode contribuir com o desenvolvimento dos alunos autistas ou com outras modalidades de Deficiência. Contudo, o processo requer uma atenção especial e além disso são importantes o comprometimento e a persistência do professor, pois o ambiente da escola regular ajuda muito no desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo.

Alguns teóricos defendem a necessidade de os estudantes se enquadrarem no sistema geral de educação, em contrapartida há outros que são favoráveis a segregação em Escolas Especiais, cuja intenção é oferecer-lhes atendimento especializado. A luta pela inclusão é uma ação mundial de luta em busca dos direitos e de um lugar na sociedade, envolvendo familiares e pessoas com algum tipo de deficiência ou diferença que não condiz com a cultura de igualdade imposta pela sociedade. Segundo Paulo et al. (2012), a luta pela inclusão está em busca da não exclusão escolar com o propósito de garantir através de ações o

1 Quociente de Inteligência de inteligência é um valor obtido por meio de testes desenvolvidos para avaliar as capacidades cognitivas de um sujeito. [Wikipédia](#). Acesso em: 03.08.2020.

acesso e estabilidade do aluno com deficiência nas aulas do ensino regular (PAULO et al., 2012). Em consonância, Souza et al. (2009) colocam que para que haja uma inclusão educacional bem-sucedida, depende em parte da criatividade do professor e sua busca por conhecimentos a fim de corresponder às diferentes necessidades e diversidades das crianças incluídas na sala de aula. Os autores alegam, então, que um professor realmente intencionado em promover ou garantir a inclusão, tem que estar disposto a não aceitar o comodismo de coisas prontas e já resolvidas, pelo contrário, ele deve se incomodar de ver à sua frente um desafio sem uma solução (SOUZA et al., 2009). Quanto à postura e preparação de educadores para a Escola Inclusiva, a Lei nº 10.172 de 09/01/2001, propõe que conteúdos acerca da Educação Especial sejam incluídos em variados cursos de graduação.

Ademais, o processo de globalização envolvendo hegemonicamente novas políticas em todas as áreas, trouxe em especial a área de educação diretrizes de inclusão educacional de todas as pessoas no sistema regular, dentre elas, as pessoas com deficiência. Para tanto, foram acionadas agências financiadoras internacionais, que desempenhavam papel crucial na implementação da agenda mundial, como a (CEPAL) “Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe”, o “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD) e o “Banco Mundial” (BM). No bojo das recomendações, constava a questão de universalização da educação básica, centrada no desenvolvimento de habilidades e competências. O BM propôs uma reforma da educação de primeiro grau nos países em desenvolvimento, incluindo a *América Latina*. Torres (2003), fazendo uma análise dessa proposta relata que o verdadeiro propósito do Banco Mundial:

[...] seu papel é o de colocar ao alcance dos países em desenvolvimento um cardápio de opções de política para que estes selecionem a combinação mais adequada às suas necessidades. No entanto, o pacote do BM é essencialmente um pacote homogeneizador e prescritivo. Isso aliado muitas vezes a uma recepção isenta de crítica por parte das contrapartidas nacionais e dos países beneficiários dos empréstimos, resulta na adoção de enfoques, políticas, programas e projetos similares em todo o mundo, inclusive entre realidades muito diferentes. (TORRES, 2003)

Ao reconhecer a existência de leis comuns para o desenvolvimento da criança, deficiente ou não, despertou em Vygotsky (1997) entender que primeiro é preciso considerar as leis comuns do desenvolvimento infantil e a partir delas estudar as peculiaridades de cada criança com deficiência, os “anormais”, tal qual eram tidos pela defectologia os deficientes naquela época. A proposta defendida por Vygotsky e seus companheiros (Luria e Leontiev) tomava por base a percepção de deficiência como uma variação particular do desenvolvimento e não uma variante quantitativa da normalidade.

De acordo com Daniels (1994), Vygotski destacou os aspectos sociais da aprendizagem, conduzindo a discussão para o ponto de vista educacional que enfatizasse não apenas a pedagogia e sim a forma de desenvolver e aperfeiçoar as habilidades pedagógicas. Para Daniels (1994), Vygotski trazia uma abordagem compensatória que não considerava a gravidade da dificuldade, mas sim estratégias pedagógicas utilizadas para ajudar a superar o problema. Na concepção de Leite (2000), as escolas precisam reconhecer sua autonomia e flexibilizarem o ensino, de forma a permitir condições favoráveis para o acesso e a permanência de todos os alunos.

[...] deve-se considerar, inclusive, as dificuldades que as escolas têm para administrar a conquista da flexibilização e da sua autonomia, pois está também em suas mãos a responsabilidade de efetivar mudanças que impeçam o processo de exclusão e permitam construir, verdadeiramente, uma escola inclusiva que dê respostas educativas à diversidade, sejam elas sociais, biológicas, culturais, econômicas ou simplesmente educativas. (LEITE, 2000)

Ressalte-se que para a educação especial, a abordagem compensatória e social diante do paradigma da pedagogia terapêutica configurou-se em um desafio, conforme diz Vygotski (1997, p. 150), que seguia a “linha de menor resistência, acomodando-se e adaptando-se ao atraso da criança”. Para ele “a escola tinha como objetivo adaptar-se ao “defeito” da criança”, ao invés de superá-lo por meio “de uma educação social baseada em métodos de compensação social de sua deficiência”. Martins et al. (2008) acrescenta esse “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. Neste mesmo sentido, Mantoan (2003) afirma que o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Almeida (2006), aponta em seus estudos, que vários autores entre eles Manzini (1999), alertam para as dificuldades para se implantar uma educação inclusiva, dado os limites impostos. No entanto, segundo esse autor, o que ocasiona isso é a falta de formação de professores das classes regulares para atender às especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais. Considera-se também, que as escolas não fornecem materiais adequados para que os professores consigam realizar melhor o trabalho pedagógico junto à criança deficiente.

Processo Educacional

Para abordar a Educação Inclusiva é necessário entender não só a história, o seu comportamento, mas principalmente o contexto e hábitos da sociedade em suas determinadas épocas. Além do que, falar de inclusão é sempre desafiador, posto que ainda é um campo desconhecido para muitas pessoas. Primeiro é preciso entender o processo histórico da pessoa com deficiência que passa pela educação especial até desembocar no movimento da Educação Inclusiva. De acordo Blanco (2003), o processo percorrido pelas pessoas com deficiência pode ser dividido em quatro fases diferentes:

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas. (BLANCO, 2003)

As pessoas portadoras de anomalias anatômicas nessa época não tinham acesso ao convívio social, eram enclausuradas em suas casas ou outros lugares onde recebiam tratamento pelos familiares ou pelas autoridades. De acordo com Souza (2006), a pré-história é exemplo disto, pois, as pessoas com problemas intelectuais eram rejeitadas pela sociedade e abandonadas pela família. Eram tratadas como pessoas dominadas pelo “demônio”. Os “diferentes”, no período da Inquisição poderiam ser executados na forca ou queimados vivos. Foi no período do “Renascimento”, segundo Souza (2006), considerado como o processo

de transformação da mentalidade, que surge uma nova compreensão. A partir de então, com os avanços da Medicina, surgiu a noção patológica que se aproxima do conceito dos dias atuais e marca o início de um novo tratamento:

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes. (AMARAL, 2001)

Essa fase foi denominada fase da exclusão, dessa forma, qualquer pessoa que não estivesse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instituído pela sociedade era totalmente excluída. Para Amaral (2001), no final do século XVIII e início do século XIX surge a segunda fase, e com ela as instituições especializadas no tratamento para Pessoas com Deficiências. Tudo indica, que foi nesse período que tem início a educação especial. Estes núcleos especiais possuíam programas próprios, como técnicos e especialistas, que constituíam um sistema de educação especial diferenciado em relação ao sistema educacional geral, caracterizando assim, dois subsistemas dentro do sistema educacional que não se falavam, educação especial e educação regular:

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 70, seria a terceira fase que constitui a fase da integração, quando o portador de deficiência começou a ter acesso à classe regular, desde que se adaptasse e não causasse nenhum transtorno ao contexto escolar. Embora a bandeira da integração já tivesse sido defendida a partir do final dos anos 60, nesse novo momento houve uma mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, escolas regulares aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelo menos, em ambientes o menos restrito possível. Entretanto, só se consideravam adaptar-se à classe regular como está se apresentava, portanto, sem modificação no sistema escolar. (BLANCO, 2003)

Na década de noventa é que se reforça cada vez mais a ideia de Educação Inclusiva para alunos com Deficiência. Com a proposta de aplicação prática ao campo da educação a partir de um movimento mundial, denominado “Inclusão Social”, surge o termo “Educação Inclusiva”. Para Nascimento (2014), “o movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial” (NASCIMENTO, 2014). Lima (2006), faz um alerta importante em não se confundir o “ensino inclusivo” com “educação especial”, embora o contemple. Para Lima, a educação especial nasce da proposta de educação para todos, independentemente da origem social de cada um. Enquanto que a escola inclusiva, juntamente com uma sociedade inclusiva, refletiu-se em encontros internacionais, por meio de grupos que reivindicavam seus direitos sociais:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008)

A pedagoga Maria Tereza Mantoan foi uma das primeiras educadoras brasileiras a se manifestar a favor da inclusão escolar afirmando que: “Aprender é uma ação humana criativa, individual e regulada pelo sujeito da aprendizagem independentemente de sua condição” (MANTOAN, 1991) Na década de setenta, segundo Sasaki (1998), alguns alunos começaram a ser inseridos em um novo paradigma: “Começaram a

frequentar as classes comuns, devido ao surgimento de propostas de integração, que demonstravam novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia” (SASSAKI, 1998).

Entre os anos oitenta e noventa, surge uma proposta inovadora dos sistemas educacionais para criarem e promoverem condições para que se alcançasse uma educação inclusiva de qualidade; para isso, implantaram adaptações de forma a atender as necessidades requisitadas. Isso exigia uma reestruturação de forma acolher todas as modalidades de deficiências. De acordo com Sasaki (1998): “É um novo sistema de educação ajustando-se às necessidades de seus alunos com necessidades especiais” (SASSAKI, 1998). Sobre escola especial para alunos portadores de necessidades especiais, Guenther (2003) ao analisar as diretrizes para a educação especial, observa que:

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (GUENTHER, 2003)

Sobre a inclusão do aluno com (NEE) Necessidades Educacionais Especiais em escolas regulares, o ganho para o aluno é a oportunidade de aprender na escola regular aquilo que na escola especial convivendo com seus pares, não teriam. Freitas (2006) explica que:

A inclusão desafia, pois, a mudanças estimulam a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo. (FREITAS, 2006)

A educação especial é resultado da pressão imposta ao Estado pelos movimentos sociais em prol dos seus direitos e sem dúvida representa uma melhoria nas políticas públicas e dá início a um caminho para a efetivação da educação inclusiva nas escolas. De acordo com Mittler (2003), a este respeito afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas. [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas a aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, 2003)

As colocações de Mantoan (1991) são bastante significativas, pois:

[...] já ficou claro que a inteligência dos deficientes evolui na medida em que se atua pedagogicamente em duas frentes: a que se refere à solicitação do desenvolvimento de estruturas mentais e a que propicia melhoria de condições de funcionamento intelectual. (MANTOAN, 1991)

Outro aspecto levantado por Mantoan (1991) considera as que as trocas deficitárias entre o sujeito e o meio, desde os primeiros tempos de vida retardam e mesmo impossibilitam o acesso de deficientes mentais a formas de pensamento mais complexas. Isto vem de encontro a linha de raciocínio de Piaget (1987) que diz: “A aquisição do conhecimento acontece a partir de uma interação entre o sujeito e o objeto. A criança constrói seu conhecimento no contato com o ambiente e o meio social”. A inclusão só é possível quando se faz parte do todo, sem diferenciações. Este é um trabalho que envolve família, pedagogos, psicólogos educadores o próprio aluno e acima de os legisladores oferecendo políticas públicas, que além das leis ofereça o devido treinamento aos professores e instrumentalização das escolas.

Em 1990 por ocasião da “Convenção Mundial de Educação Para Todos” houve a aprovação em assembleia de artigos de extrema importância, os quais na concepção de Pires (2006) passa a oferecer uma

garantia a democratização e ao direito de ensino para todos, independentemente das individualidades e diferenças particulares dos alunos. O início da inclusão escolar deve ocorrer a partir da “Educação Infantil”, pois como qualquer outra criança, é nessa fase que começa o desenvolvimento básico, o qual é fundamental para a formação do conhecimento. Atualmente o termo inclusão está muito presente nas discussões da sociedade, na mídia e em trabalhos sócio educacionais. No entanto, Ravazzi et al. (2011) alertam que independentemente do tipo de inclusão que esteja em pauta, não dependerá exclusivamente de leis, mas também de condutas quando houver uma intenção real e seria de se incluir algo ou alguém. Os especialistas são altamente defensores de que as dificuldades qualitativas na interação, comunicação e até mesmo na imaginação e no convívio da criança com necessidades especiais, por meio da inclusão com as outras crianças do ensino regular no ambiente escolar, torna-se de valor inestimável para o estímulo ao desenvolvimento de suas capacidades interativas, além de impedir ou minimizar o seu isolamento. Em relação as crianças portadoras de (TEA) - *Transtorno do Espectro Autista*, a inclusão é uma forma de movimento mundial na busca de direitos e lugar na sociedade, e Lopes et al. (2012) sinalizam que a escola é o local que vai acolher o aluno autista, contudo ele precisa ser reformulado e preparado para recebê-lo e oferecer-lhe confiança tanto em quem irá acompanhá-lo como em relação ao ambiente.

Ainda em relação a criança autista, representa ao professor um verdadeiro desafio, na medida em que exige que ele reveja suas ideias sobre desenvolvimento, educação e até mesmo sua competência profissional. Sem dúvida significa um desafio, principalmente no início do contato entre o professor e os alunos. O comprometimento do professor e da escola é fundamental na vida de qualquer pessoa e não é diferente no caso de autistas ou crianças portadoras de necessidades especiais. Porém, é necessário ter um nível de atenção diferente, um pouco maior do que com as outras crianças e utilizar-se de métodos ideais e elaborar estratégias que permitam ao professor ser capaz de alcançar o desenvolvimento, estimulando as capacidades físicas e cognitivas, na interação e autonomia dessas crianças (LOPES, 2011). O desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades especiais nas aulas deve acontecer com atividades devidamente adaptadas, com o compromisso em não o excluir o aluno, como normalmente ocorre nas escolas de ensino regular, mediante a argumentação de que a prática é uma medida preventiva de segurança, preservando-o de qualquer eventualidade que possa acontecer no decorrer das mesmas (FERNANDES, 2007).

Dessa forma, fica evidente que o desafio é grande e de todos. Envolve o professor com essas novas vivências que se constituem em experiências desafiadoras em impor e se impor junto a alunos com TEA e outros tantos transtornos, os quais tem extrema dificuldades em obedecer às ordens e podem desenvolver apegos a certos locais da escola (BELISÁRIO JUNIOR et al., 2010). Mittler (2003) faz uma reflexão abrangente sobre a inclusão e a política social e educacional atual, isso porque a inclusão na educação abrange um processo de reforma e reestruturação das escolas, de forma a poder garantir que todos os alunos tenham acesso às inúmeras oportunidades e atividades educacionais e sociais dadas pela escola. Silva et al. (2007) afirmam com o intuito de completar a forma como a questão de se promover um ensino efetivamente inclusivo deve ser vista:

[...] deve-se garantir aos profissionais que atuam nestas escolas uma formação adequada

para que realizem um trabalho capaz de promover a aprendizagem de todos, inclusive daqueles que se encontram em condição de deficiência [...]. Logo, não se trata de recebê-los nem incorporar o discurso paternalista e superprotetor, para o qual apenas o fato de se garantir a oportunidade de convivência, já representa uma grande evolução. Não se trata de construir uma sociedade melhor a partir do sofrimento e da exclusão revelada de um grupo. É preciso que os profissionais tenham consciência deste fato. As relações são construídas a partir do conhecimento sobre a deficiência e suas implicações na vida da pessoa, do reconhecimento da condição do outro, do respeito da oportunidade de aprendizagem e do desenvolvimento que são oferecidas às novas gerações. (SILVA et al., 2007)

O objetivo, logo, é uma reforma que certifique que todos tenham informações em todas as áreas de atuação relacionadas à educação. Dessa forma, todos os alunos serão beneficiados conforme o planejamento, incluindo os que fazem parte das minorias, tais como: deficientes ou com dificuldades de aprendizagem, bem como os que se ausentam com frequência das aulas e aqueles que estão prestes a serem excluídos (MITTLER, 2003).

A importância da relação família e escola para a inclusão

Para o bom êxito da inclusão, ela não deve ser papel apenas da escola, que não conseguirá resultado satisfatório sem a participação e colaboração dos pais. Conforme afirma Cunha (2015), a relação entre família e escola é primordial para o desenvolvimento do autista, por exemplo e Cunha afirma:

[...] escola e família precisam ser concordes nas ações e nas intervenções na aprendizagem, principalmente porque há grande suporte na educação comportamental. Isto significa dizer que a maneira como o autista come, veste-se, banha-se, escova os dentes, manuseiam os objetos e os demais estímulos que recebe para seu contato social precisam ser consoantes nos dois ambientes. (CUNHA, 2015)

Assim, é um trabalho que deve ser desenvolvido em parceria, principalmente no caso de crianças com TEA. Cunha (2015) ainda diz que “professores dedicados, que não negam a ter desafios, são inspiradores para os pais. Da mesma forma que, pais afetuosos e esperançosos estimulam o professor” (CUNHA, 2015). Portanto, é preciso dedicação de ambas as partes para que haja um trabalho de qualidade, necessária dedicação de ambas as partes para um trabalho de qualidade, onde as relações harmoniosas e comprometidas garantem o processo inclusivo. Partindo dessa importância entre família e escola, cabe ressaltar o comprometimento ao desafio de oferecer apoio de um ao outro, de forma que unidos possam promover um melhor desenvolvimento das potencialidades da criança. Sobre tal afirmação, Cunha diz:

O bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno e da família no auxílio da recondução das intervenções, quando elas não alcançam os resultados esperados no ambiente familiar ou na escola. Reuniões periódicas com os pais, relatórios, trocam de informações e observação constante dos exames médicos laboratoriais fornece substancial ajuda. (CUNHA, 2015)

Assim, manter um diálogo constante entre escola e a família é fundamental, porque é através dele que será possível analisar os aspectos positivos e negativos de ações realizadas nos dois ambientes, e assim uma parte contribui com a outra. Cabe lembrar que deve vigorar o bom senso, o interesse em construir o melhor para o aprendizado e desenvolvimento da criança, e em hipótese nenhuma deve haver espaço para disputas de espaço entre família e escola. Assim como não deve haver imposições de como o outro deve agir, apenas trocas de informações que possam contribuir com ambas as partes para um resultado melhor.

CONCLUSÕES

Os estudantes deficientes precisam ser estimulados, para tanto a escola terá que dispor de recursos imagéticos, registros alternativos à escrita, como apontar para a resposta escolhida, uso de materiais móveis, informática, *softwares* e tecnologias assistivas. As novas ‘Tecnologias da Informação e Comunicação’ (TIC) são essencialmente úteis para todos os alunos, em especial para os que possuem restrição dos movimentos dos membros superiores e/ou alteração da articulação da fala. Contudo, alguns alunos devem ser acompanhados também em suas necessidades e, em situações específicas, focadas em sua deficiência, fazendo-os sofrer um tipo de discriminação ‘positiva’, em que professores ‘especialistas’ poderão auxiliar de maneira mais direta durante todo o período escolar.

Em oposição a este fenômeno, começaram a crer que professores de salas especiais deveriam ter formação que os habilitasse a ensinar de maneira diferente os alunos de salas especiais. Surgiram as turmas especiais, porém os professores não se especializaram em ver um ser humano de potencialidades no aluno especial’. E cada professor, optando consciente ou inconscientemente pelo aspecto positivo ou pelo negativo da teoria, conduziria uma turma inteira ao fracasso ou ao sucesso. Assim, será possível tornar mais suave o caminho da aprendizagem, tanto dos professores que estarão em formação continuada, como desses em relação aos seus estudantes com deficiência, recebidos nas classes comuns das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. E. M.. Educação especial na formação de professores das universidades de Mato Grosso do Sul. **UNirevista**, v.1, n.2, 2006.
- AMARAL, L. A.. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2001.
- BELISÁRIO JÚNIOR, J. F. B.; CUNHA, P.. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Fortaleza: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- BLANCO, R.. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DOU, 1988.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**. Presidência Federativa do Brasil. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CUNHA, E.. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar: ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
- DANIELS, H.. **Vygotsky em foco: pressupostos e** desdobramentos. Campinas, Papyrus, 1994.
- FERNANDES, S.. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2007.
- FLORIAN, L.; TILSTONE, C.; ROSE, R.. **Promover a educação inclusiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- FREITAS, S. N.. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D.. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUENTHER, Z. C.. O Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. **Revista Escritos sobre Educação**, Ibirité, v.2, n.1, 2003.
- LEITE, A. S.. Escola inclusiva e as necessidades educacionais especiais. In: MANZINI, E. J.. **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, 2000. p.11-20.
- LOPES, G.; FACHADA, R.. Atividade física para crianças autistas. Reconstruindo a base sociofamiliar. **Efdeportes**, São Paulo, v.17, n.173, 2012.
- LOPES, T. B.. **Educação inclusiva e autismo: a educação Física como possibilidade educacional**. Vitória: Realize, 2011.
- MANTOAN, M. T. E.. A hora da virada. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, p.24-28. 2005.

MANTOAN, M. T. E.. **A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental**: uma interpretação fundamentada na teoria de conhecimento de Jean Piaget. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Campinas, 1991.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L.; MELO, F. R. L. V.. **Inclusão**: compartilhando saberes. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MITTLER, P.. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, L. B. P.. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. Monografia (Licenciatura) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PAULO, M.; NARA, D.. **Inclusão**: caminhos, encontros e descobertas. **Rei Ideau**, Alto uruguiaia, v.7, n.15, p.1-13, 2012.

PIAGET, J.. **O nascimento da inteligência na criança**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PIRES, J.. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, L. A. R. et al. **Inclusão compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006. p.78-94.

RAVAZZI, L.; GOMES, N. M.. **Levantamento bibliográfico sobre Educação Física e Autismo**. Londrina: UEL, 2010.

SASSAKI, R. K.. Entrevista especial à Revista Integração. **Revista Integração**, Brasília, v.8, n.20, p.09-17, 1998.

SILVA, L. R.; BARAÚNA, M. S.. A inclusão escolar do surdo: algumas reflexões sobre o cotidiano investigado. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.16, n.27, p.55-68, 2007.

SOLER, R.. **Educação física inclusiva na escola**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUZA, A. J.; PASSOS, C. M. B.; LISBOA, G. S.; SOUSA, L. S.; CARNEIRO, T. C. B.. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso**. Cairu, 2009.

SOUZA, J. P.. **A Educação Física no contexto inclusivo**: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

TORRES, R. M.. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S.. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.125-193.

UNESCO. **Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a Cultura**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S.. **Obras Escogidas**: fundamentos de defectología. Madrid: Vísor, 1997.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.